

**CONTRATO DE FORNECIMENTO**  
**CONTRATO REF.ª Nº 46\_ GPENAPOR\_2022**

**ENTRE**

**ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos**

**E**

**ÍNCENTEA - Tecnologia De Gestão**

SEDE: C. P. N.º 82, S. Vicente - Tel: (+238) 230 75 00 | Fax: (+238) 232 43 37 / 21 70 | E-mail: info@enapor.cv  
PORTOS: PORTO GRANDE - Av. Marginal, C.P. 82 - Mindelo - S. Vicente - Tel: (+238) 230 75 00 | Fax: (+238) 232 14 33 | PORTO DA PRAIA - C.P. 87 - Santiago  
- Tel: (+238) 260 90 60 | Fax: (+238) 263 38 99 | PORTO DA PALMEIRA - Sa - Tel: (+238) 241 13 48 | Fax: (+238) 41 13 48 | PORTO NOVO - Sto. António - Tel:  
(+238) 222 12 54 | Fax: (+238) 222 12 54 | PORTO DO TARRAFAL - Vila do Tarrafal - S. Nicolau - Tel: (+238) 236 10 50 / 16 77 | Fax: (+238) 236 13 26 | PORTO  
VALE DE CAVALERIOS - Fogo - Tel: (+238) 281 21 13 | Fax: (+238) 281 12 64 | PORTO INGLÊS - Vila do Porto Inglês - Maio - Tel: (+238) 255 14 80 / 13 50 | Fax:  
(+238) 255 13 50 | PORTO FURNA - Vila da Furna - Brava - Tel: (+238) 285 12 40 / 285 12 46 | Fax: (+238) 85 12 09 | PORTO DE SAL - Rei - CP N.º 29, Cidade  
de Sal Rei - Boa Vista - Tel: (+238) 251 11 87 | Fax: (+238) 251 13 74.



**CONTRATO REF.ª Nº 46\_GPENAPOR\_2022**

**CONTRATO DE FORNECIMENTO**

**Entre;**

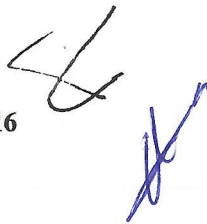
**ENAPOR – EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A.**, com sede na Avenida Marginal, Cidade do Mindelo, Ilha de São Vicente, CP-82, Detentora do Capital Social de 1.200.000.000\$00 (um milhar e duzentos milhões de escudos), que se encontra totalmente realizado pelos valores integrantes do seu património, Contribuinte n.º 200487264 (NIF), matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Região de 1.ª Classe de São Vicente sob o n.º 200487264/120061222, legitimamente representada neste ato pelo Eng.º **Ireneu Rosa de Azevedo Camacho**, solteiro, portador do BI n.º 129344, emitido pelo arquivo de Identificação Civil e Criminal de S. Vicente, titular do NIF: 165280263 e pelo pela Dr.ª **Eneida Cristina Lima Gomes**, solteira, portadora do BI n.º 316103, emitido pelo arquivo de Identificação Civil e Criminal de S. Vicente, titular do NIF: 131610325 na qualidade de Presidente do Conselho de Administração e Administradora Executiva respetivamente, no uso das competências estatutárias, com poderes para obrigar

***Doravante identificado simplesmente por “Primeira Outorgante”***

**e**

**ÍNCENTEA – TECNOLOGIA DE GESTÃO, LDA**, Sociedade por Quotas, com sede em Achada Santo António, Ilha Santiago, Cabo Verde, detentora do Capital Social de 2.500.000 CVE (dois milhões e quinhentos mil escudos), com matrícula na Conservatória Registos, Predial, Comercial e Automóvel da Praia sob o número único de matrícula e de pessoa colectiva nº 2563/2007/01/09, NIF: 254151663 legitimamente representada pelo Dr. **Amadú Pinto Silva dos Santos**, portador do CNI nº M015X , emitido pelo RNI, residente na Praia, Santiago, titular do NIF: 11859611 e pelo Dr. **Rui Jorge Neves da Silva**, portador do Passaporte n.º CB601167, emitido pelo SEF, titular do NIF 168839687 na qualidade de gerentes respetivamente, no uso das competências estatutárias, com poderes para obrigar

***Doravante identificado simplesmente por “Segunda Outorgante”***



**Considerando que:**

- a) Por deliberação do Conselho de Administração, a Primeira Outorgante promoveu o procedimento por Ajuste Direto nos termos do artigo 39.º, n.º 1, alínea a) do Código da Contratação Pública;
- b) A minuta do contrato de fornecimento foi aprovada por deliberação do Conselho de Administração;

Entre as Outorgantes supra identificadas e nas respetivas qualidades, é de boa-fé e livre vontade, firmado e reduzido a escrito o presente contrato de Fornecimento que se rege pelas seguintes cláusulas:

**Cláusula 1.ª**  
**(Objeto)**

- 1. O presente contrato tem por objeto o fornecimento pela Segunda Outorgante, de **300 (trezentas) Licenças Microsoft Office 365 Business Standard**, de acordo com a Proposta Técnica e Financeira, com a referência nº 159608 - 151429.0 de 19 de setembro de 2022 e em conformidade com o disposto no Anexo I do presente contrato.
- 2. O contrato é composto pelo presente clausulado contratual e o seu anexo.

**Cláusula 2.ª**  
**(Regime)**

- 1. O preço a pagar é fixo, no que ambas as partes estão expressa e especialmente de acordo.
- 2. A Segunda Outorgante compromete-se a fornecer as Licenças Microsoft Office 365 Business Standard descritos na cláusula anterior, pelo valor indicado na Clausula 5ª, sem direito a revisão de preços.



**Cláusula 3.<sup>a</sup>**  
**(Duração/ Garantia)**

1. O contrato manter-se-á em vigor desde a data da sua assinatura, até à integral execução de todas as suas prestações, que se estima que ocorra no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o prazo de vigência do contrato poderá ser prorrogado mediante acordo entre as partes por um período máximo de 30 (trinta) dias a contar do período de vigência inicial.
3. A denúncia do contrato por qualquer das partes deverá ser transmitida por carta registada com aviso de receção à outra com antecedência mínima de 5 (cinco) dias relativamente à data do termo inicial do contrato de qualquer uma das suas renovações.
4. As Licenças Microsoft Office 365 Business Standard objeto do presente contrato, **terão uma garantia de 12 (doze) meses**, nomeadamente ao nível de suporte, nos termos previstos no presente contrato e nos demais documentos que o integram, contados da data da sua aceitação.
5. Em caso de anomalias relacionadas com o mau funcionamento, a Segunda Outorgante compromete-se a intervir se a anomalia não resultar de fato imputável à Segunda Outorgante.

**Cláusula 4.<sup>a</sup>**  
**(Obrigações principais da Segunda Outorgante)**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação especial aplicável ou nas cláusulas contratuais, da celebração do presente contrato decorrem para a Segunda Outorgante as seguintes obrigações:
  - a) Fornecer as Licenças Microsoft Office 365 Business Standard compreendidas no presente contrato, em conformidade com o disposto no caderno de encargos e no Anexo I.
  - b) Respeitar toda legislação que lhe seja aplicável;
  - c) Comunicar, de imediato, à Primeira Outorgante quaisquer conflitos de interesses ou de deveres que possam comprometer ou afetar o cumprimento integral das suas obrigações;



- d) Informar, de imediato, a Primeira Outorgante de quaisquer fatos que tenham conhecimento e que possam ser considerados objectivamente relevantes para o cumprimento integral das suas obrigações;
- e) Responder a qualquer incidente ou reclamação suscitados pela Primeira Outorgante, relativamente ao fornecimento das Licenças Microsoft Office 365 Business Standard no prazo máximo de 3 (três) dias;
- f) Proceder ao pagamento de quaisquer impostos, taxas, direitos de qualquer natureza ou outros encargos exigidos pelas autoridades competentes relativos à execução do contrato;

**Cláusula 5.<sup>a</sup>**  
**(Preço Contratual)**

- 1. O preço contratual pelo fornecimento das Licenças Microsoft Office 365 Business Standard a que alude a Cláusula 1.<sup>a</sup> é de **4.695.600,00 ECV (quatro milhões, seiscientos e noventa e cinco mil e seiscientos escudos)** que deve ser acrescido do IVA à taxa legal em vigor.
- 2. Pelo fornecimento de Licenças Microsoft Office 365 Business Standard objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente contrato e demais documentos que o integram, a Primeira Outorgante deve à Segunda Outorgante o valor resultante da aplicação dos preços unitários constantes da tabela do Anexo I, isento de quaisquer impostos.
- 3. A Primeira Outorgante realizará todos os pagamentos relativos ao presente contrato mediante transferência bancária a favor da Segunda Outorgante, para a seguinte conta:
  - a) Entidade Bancária: Banco Banco Comercial do Atlântico (BCA)
    - ✓ IBAN: CV64 0003 0000 77131103101 76
    - ✓ Swift: SWIFT/BIC BCATCVCV

**Cláusula 6.<sup>a</sup>**  
**(Faturação e Condições de Pagamento)**

1. A quantia devida pela Primeira Outorgante à Segunda Outorgante, nos termos da Cláusula anterior do presente contrato, **será liquidada na totalidade** após entrega das 300 (trezentas) Licenças Microsoft Office 365 Business Standard.
2. A faturação do fornecimento será efetuada até ao dia 30 (trinta) do mês subsequente à data do fornecimento.
3. A Segunda Outorgante emitirá a fatura em nome da Primeira Outorgante, sendo esta enviada para ENAPOR, SA, Administração Central, Rua Avenida Marginal, CP. Nº 82 – S. Vicente.
4. O pagamento das 300 (trezentas) Licenças Microsoft Office 365 Business Standard será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da receção da respetiva fatura.
5. Desde que devidamente emitida e observado o disposto na presente cláusula, a fatura será paga através de transferência bancária para a conta a indicada na cláusula 5<sup>a</sup>.
6. Em caso de discordância por parte da Primeira Outorgante quanto ao valor indicado na fatura, deve esta comunicar à Segunda Outorgante, por escrito e no prazo de 3 (três) dias após receção da fatura, os respetivos fundamentos, ficando a Segunda Outorgante obrigada a prestar os esclarecimentos necessários, também por escrito, ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
7. A fatura poderá revestir a forma eletrónica, caso em que deverá ser remetida à Primeira Outorgante através de meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, para o endereço [concursos.procurement@enapor.cv](mailto:concursos.procurement@enapor.cv)

**Cláusula 7.<sup>a</sup>**  
**(Prazos)**

1. A Segunda Outorgante obriga-se a disponibilizar as 300 (trezentas) Licenças Microsoft Office 365 Business Standard, objeto do presente contrato, no prazo máximo de 05 (cinco) dias após a assinatura do presente contrato.

2. A Segunda Outorgante fica obrigada a cumprir o prazo determinado no presente contrato e nos demais documentos que o integram.
3. Sempre que ocorra um caso de força maior, devidamente comprovado e que implique a suspensão da entrega, deve a segunda Outorgante, logo que dele tenha conhecimento, requerer à Primeira Outorgante que lhe seja concedida uma prorrogação do respetivo prazo, fundamentando adequadamente o pedido.

**Cláusula 8.<sup>a</sup>**  
**(Penalidades Contratuais)**

1. Em caso de incumprimento imputável à Segunda Outorgante, haverá lugar à aplicação de penalidades nos termos legalmente estabelecidos.
2. A penalidade a aplicar consiste numa multa, e apenas se se verificar a situação referida no ponto 1.
3. O valor da multa é calculado da seguinte forma:
  - i) Multa diária de 1‰ (um por mil) do preço contratual, nos primeiros 05 (cinco) dias;
  - ii) Em cada período subsequente de igual duração a multa diária sofrerá um aumento para 2‰ (dois por mil) do valor do Contrato, sem, contudo, que na sua globalidade, possa exceder o limite máximo de 15% (quinze por cento) do preço contratual;
- a) As multas previstas nos pontos i) e ii) do número 3), serão descontadas de imediato no pagamento devido ou cobradas judicialmente, se for o caso;
- b) Antes da aplicação de qualquer das penalidades a Segunda Outorgante será advertida, sendo-lhe garantida o direito ao contraditório e à mais ampla defesa, através dos meios institucionais e legais disponíveis ao exercício pleno de tais garantias, devendo apresentar a sua defesa em 05 (cinco) dias uteis, contados do recebimento da respetiva advertência escrita



4. A cobrança das eventuais sanções à Segunda Outorgante será feita através de desconto no pagamento à verificação do fato que tenha dado origem à penalidade.

**Cláusula 9.<sup>a</sup>**  
**(Dever de boa execução)**

1. A Segunda Outorgante fica sujeita, no que diz respeito à execução do presente contrato, às exigências legais e normativas do setor aplicáveis às matérias objeto do presente contrato.
2. A Segunda Outorgante desde já declara e garante que cumpre toda a legislação e regulamentação aplicáveis à atividade por si prosseguida e que está e estará na posse de todas as autorizações, alvarás e ou aprovações que, nos termos da lei e regulamentação que lhe sejam aplicáveis e se mostrem necessárias para a prossecução da atividade, bem como para o cumprimento das obrigações decorrentes deste contrato.
3. A Primeira Outorgante reserva-se o direito de reter 5% (cinco por cento) do valor do pagamento a efectuar, como garantia de boa execução do contrato, que será liberada com o cumprimento de todas as obrigações contratuais que impendem sobre Segunda Outorgante.

**Cláusula 10.<sup>a</sup>**  
**(Força Maior)**

1. Não podem ser impostas penalidades à Segunda Outorgante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior devem ser comunicadas à parte contrária no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da data em que tenham tido conhecimento da ocorrência do mesmo;
4. O não cumprimento voluntário do disposto no número anterior, constitui a Segunda Outorgante na obrigação de reparar os danos causados, mediante o débito dos seus custos, podendo a Primeira Outorgante, para o efeito, efectuar a dedução no pagamento à Segunda Outorgante;
5. Sem prejuízo do disposto no número anterior, Segunda Outorgante deverá comunicar à Primeira Outorgante quais as obrigações emergentes do presente contrato cujo cumprimento, no seu entender, se encontre impedido ou dificultado por força de tal ocorrência e as medidas que pretende pôr em prática a fim de mitigar o impacto da referida situação e os respetivos prazos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do conhecimento da ocorrência da circunstância de força maior.
6. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior devem ser imediatamente comunicados à outra parte.
7. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

**Cláusula 11.<sup>a</sup>**  
**(Verificação e aceitação)**

8. Realizada a entrega das 300 (trezentas) Licenças Microsoft Office 36 Business Standard objeto do presente contrato, a Primeira Outorgante procederá, no prazo de 5 (cinco) dias a uma inspeção qualitativa e quantitativa dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se os mesmos reúnem os requisitos técnicos e funcionais definidos no presente contrato e nos demais documentos que o integram, bem como outros requisitos exigidos por lei.
9. Durante a fase de inspeção, a Segunda Outorgante obriga-se a prestar à Primeira Outorgante toda a cooperação e esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização do mesmo através das pessoas que considere devidamente credenciadas para o efeito.



10. Findo o prazo de 5 (cinco) dias, referido no número um da presente cláusula, em caso de silêncio da Primeira Outorgante, as licenças cujo fornecimento constitui objeto do presente contrato consideram-se aceites, ocorrendo a transferência da propriedade dos mesmos para a Primeira Outorgante, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre a Segunda Outorgante.
11. No caso de a inspeção, referida no número um da presente cláusula, não comprovar a total funcionalidade, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com os requisitos técnicos e funcionais definidos no presente contrato e nos demais documentos que o integram, a Primeira Outorgante, por si ou através de terceiro designado para o efeito, deve disso informar, por escrito, à Segunda Outorgante.
12. No caso previsto no número anterior, a Segunda Outorgante deve proceder, à sua custa e no prazo referido nos números seguintes, às substituições necessárias para garantir a operacionalidade e o cumprimento das exigências legais e dos requisitos técnicos e funcionais exigíveis.
13. A Segunda Outorgante, após a comunicação referida no número 4, dispõe de um prazo máximo a acordar com a Primeira Outorgante, para proceder à substituição em caso de rejeição.
14. A Segunda Outorgante, após a comunicação referida no número 4, dispõe de um prazo máximo a acordar com a Primeira Outorgante, para suprir as deficiências e irregularidades detectadas durante a entrega, que não impliquem a rejeição das licenças.
15. Os encargos com a inspeção, devidamente comprovados, são da responsabilidade da Segunda Outorgante.
16. A rejeição de uma ou outra licença, nos termos da presente cláusula, não confere à Segunda Outorgante o direito a qualquer indemnização.
17. A rejeição de uma ou outra licença por parte da Primeira Outorgante, confere-lhe o direito a ser indemnizado pelos custos incorridos e prejuízos sofridos, sem prejuízo da aplicação das devidas penalidades.



**Cláusula 12.<sup>a</sup>**  
**(Ato de entrega)**

A entrega das 300 (trezentas) Licenças Microsoft Office 365 Business Standard é sempre acompanhada de guia de remessa/auto de recepção da qual constam, designadamente:

- a) a data de entrega;
- b) a identificação da Segunda Outorgante;
- c) a identificação da Primeira Outorgante;
- d) a data da confirmação da adjudicação/encomenda enviada pela Primeira Outorgante;
- e) a designação do contrato no âmbito do qual é realizado o fornecimento;
- f) a identificação das licenças e suas referências e
- g) o preço de venda previsto no contrato;

**Cláusula 13.<sup>a</sup>**  
**(Documentos)**

Fazem parte deste contrato todos os documentos nele mencionados, nomeadamente, Anexo I, a Proposta Técnica e Financeira com a referência nº 159608 - 151429.0 de 19 de Setembro de 2022 apresentada pela 2.<sup>a</sup> Outorgante.

**Cláusula 14.<sup>a</sup>**  
**(Resolução do Contrato por parte da Primeira Outorgante)**

1. A Primeira Outorgante pode resolver o presente contrato em caso de grave violação das obrigações contratuais por parte da Segunda Outorgante e ainda nos seguintes casos, sem prejuízo do direito de indemnização legalmente previsto:
  - a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, nos termos legais;
  - b) Incumprimento definitivo do contrato por fato imputável à Segunda Outorgante;
  - c) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite;

- d) A Segunda Outorgante se apresente à insolvência ou esta seja declarada pelo tribunal;
- e) Se a entrega das 300 (trezentas) Licenças Microsoft Office 365 Business Standard compreendidas no presente contrato se atrasar por um período superior a 30 (trinta) dias da data inicialmente prevista.

#### **Cláusula 15.<sup>a</sup>**

##### **(Resolução do Contrato por parte da Segunda Outorgante)**

1. A Segunda Outorgante pode resolver o presente contrato em situações de grave violação das obrigações contratuais, pela Primeira Outorgante, e ainda nas seguintes situações:
  - a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
  - b) Incumprimento definitivo do contrato por fato imputável à Primeira Outorgante;
  - c) Incumprimento de obrigações pecuniárias, pela Primeira Outorgante, por período superior a 1 (um) mês;
2. O direito de resolução previsto na presente cláusula é exercido por via judicial.
3. Nos casos previstos na alínea c) do número 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração à Primeira Outorgante, produzindo efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se a Primeira Outorgante cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

#### **Cláusula 16.<sup>a</sup>**

##### **(Efeitos da resolução)**

1. Em caso de resolução do contrato pela Primeira Outorgante, por fato imputável à Segunda Outorgante, este fica obrigado ao pagamento de indemnização a que haja lugar nos termos gerais de direito.

2. A indemnização é paga pela Segunda Outorgante no prazo de 30 (trinta) dias após a notificação para esse efeito, sem prejuízo da possibilidade de execução da caução prestada.
3. O disposto na presente cláusula não prejudica a aplicação de quaisquer penalidades que se mostrem devidas, se para tanto existir fundamento.

**Cláusula 17.<sup>a</sup>**  
**(Resolução de Diferendos)**

1. Os eventuais diferendos ou litígios emergentes da interpretação, execução e incumprimento do presente contrato serão solucionados preferencialmente por negociação entre as partes, de boa fé.
2. Na ausência de acordo relativo à questão controvertida, o diferendo ou litígio será dirimido pelo foro da Comarca de S. Vicente, com renúncia expressa de qualquer outro.

**Cláusula 18.<sup>a</sup>**  
**(Notificações/Comunicações)**

1. As comunicações entre as partes serão feitas por escrito e apenas serão consideradas efetuadas através dos endereços, números de telefone e fax seguintes:

Primeira Outorgante:

ENAPOR – EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A.

Avenida Marginal, C.P. n.º 82, São Vicente - Cabo Verde

Tel.: +238 230 75 00

E\_mail: [concursos.procurement@enapor.cv](mailto:concursos.procurement@enapor.cv)

Segunda Outorgante:

INCENEA – TECNOLOGIA DE GESTÃO, LDA

Achada Santo António, Ilha Santiago, Cabo Verde

Tel: +2312171

E\_mail: [amadu.santos@incentea.cv](mailto:amadu.santos@incentea.cv)



2. As comunicações efectuadas nos termos do número anterior considerar-se-ão realizadas na data da respectiva receção ou, se fora das horas normais de expediente, no primeiro dia útil imediatamente seguinte.
3. As comunicações protocoladas ou mediante carta registada com aviso de receção considerar-se-ão realizadas na data de assinatura do respetivo protocolo ou aviso.
4. Para efeitos de realização de citação no âmbito judicial ou arbitral destinada ao cumprimento de obrigações emergentes do presente contrato, as partes convencionam as moradas supra estabelecidas.
5. Qualquer alteração das informações de contacto de cada parte, incluindo a alteração do representante legal e da sede social, deve ser imediatamente comunicada à outra parte, nos termos do número 1 da presente cláusula.

**Cláusula 19.<sup>a</sup>**  
**(Lei aplicável)**

O presente contrato é regulado pelas disposições do Código Civil vigente e demais legislação Cabo-verdiana aplicável.

As Outorgantes declaram que aceitam o presente Contrato com todas as suas cláusulas, termos, condições e obrigações, das quais têm inteiro conhecimento e a cujo cumprimento se obrigam.

Este Contrato, constituído por 16 (dezasseis) páginas, é feito em 2 (duas) vias, sendo uma para cada uma das partes e dele fazem parte integrante o Anexo I identificado e, que são rubricados pelas partes.

Assim o outorgam.

Feito na Cidade do Mindelo, ao 26 dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois.

A Primeira Outorgante

**ENAPOR, SA**




Eng.º Ireneu Rosa de Azevedo Camacho  
Presidente do Conselho de Administração



Dra. Eneida Cristina Lima Gomes  
Administradora Executiva

A Segunda Outorgante

**INCENEA TECNOLOGIA DE GESTÃO, LDA**



Dr. Amadú Pinto Silva dos Santos  
Gerente

INCENEA  
TECNOLOGIA DE GESTÃO, LDA

Dr. Rui Jorge Neves da Silva  
Gerente